



Por um território terrestre da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau: o caso de Caraíva

FERREIRA, Marcos Vinícius Cortes¹
ANDRADE, Liza Maria Souza de²
MENEZES, Paulo Dimas Rocha de³

¹ Especialista pela Universidade de Brasília, Brasil. marcos.cortes.ferreira@gmail.com

²FAU, Professora Doutora da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. lizamsa@gmail.com

³UFSB, Professor Doutor da Universidade do Sul da Bahia, Bahia, Brasil, paulodimasmenezes@gmail.com

Resumo

As Reservas Extrativistas (RESEX) são Unidades de Conservação de Uso Sustentável que visam a proteção do território de alta relevância socioambiental e da biodiversidade. Localizadas no extremo sul da Bahia, as comunidades da RESEX Marinha do Corumbau vêm sofrendo com a ausência do território terrestre incluso no Plano de Manejo da reserva, o que acaba por contribuir com o avanço do processo de gentrificação na região. Esta pesquisa-ação tem como objetivo demonstrar a sobreposição de planos existentes na região e os conflitos socioambientais gerados pelo uso e ocupação desordenados do território da RESEX, tendo como estudo de caso a Vila de Caraíva e seu entorno imediato. Na busca de alternativas de planejamento participativo por meio de questionário semiestruturado, foram entrevistados 14 moradores nativos. Obteve-se como resultados as referências mais marcantes da comunidade – bem como lugares e costumes, a busca por soluções que se adequem ao estilo de vida dos nativos e as modificações que foram surgindo ao longo das últimas décadas.

Palavras-Chave: Urbanismo participativo; território tradicional; sustentabilidade.

Abstract

Extractive Reserves (RESEX) are Conservation Units of Sustainable Use that aim to protect the territory of high socio-environmental relevance and biodiversity. Located in the extreme south of Bahia, RESEX Marinha do Corumbau communities have been suffering from the absence of the terrestrial territory included in the Reserve Management Plan, which ultimately contributes to the advancement of the gentrification process in the region. This action research aims to demonstrate the overlap of existing plans in the region and the social and environmental conflicts generated by the disordered use and occupation of RESEX territory, having as a case study the village of Caraíva and its immediate surroundings. In the search for participatory planning alternatives through a semi-structured questionnaire, 14 native residents were interviewed. As a result, the most striking references in the community were obtained - as well as places and customs, the search for solutions that fit the natives' lifestyle and the changes that have emerged over the last decades.

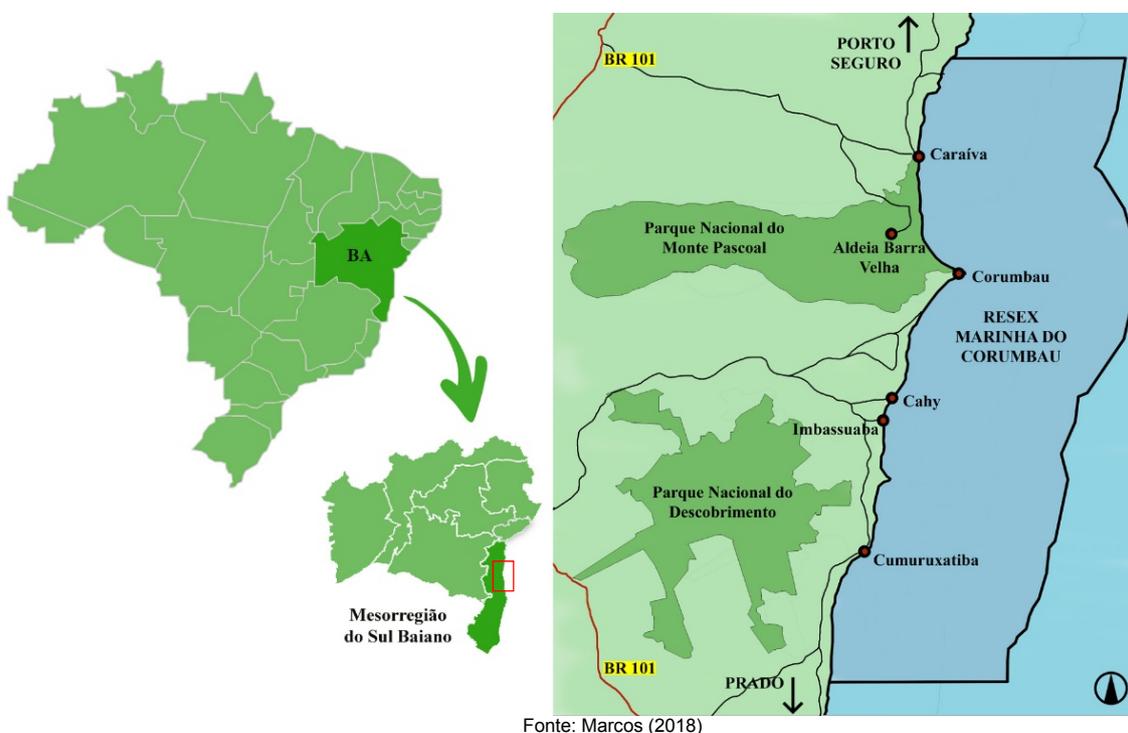
Key-Words: Participative urbanismo; traditional territory; sustainability;

1. Introdução

Esta pesquisa é resultado de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, no âmbito do curso Reabilitação de especialização e do Grupo de pesquisa “Periférico, trabalhos emergentes” com a Universidade Federal do Sul da Bahia. Trata-se de uma abordagem sobre o uso e ocupação do território terrestre da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, dos conflitos socioambientais existentes e dos sítios expostos ao processo de gentrificação, tendo como estudo de caso a Vila de Caraíva e o seu entorno, no sul do município de Porto Seguro/BA.

A RESEX Marinha do Corumbau (figura 1) foi criada no ano de 2000, com o objetivo de “garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área” (BRASIL, 2002 a). Seu território marinho, com cerca de 896 km², se estende por uma faixa de oito milhas náuticas, paralela à chamada “Costa do Descobrimento”, trecho que inclui pequenos núcleos urbanos costeiros, vilas históricas e aldeias indígenas nos municípios de Porto Seguro e Prado. Neste território se encontra Caraíva, uma das vilas mais antigas do Brasil – provavelmente fundada por jesuítas junto a uma aldeia indígena pré-existente, em meados do século XVI – que hoje abriga uma comunidade tradicional extrativista, composta, em sua maioria, por descendentes do povo Pataxó.

Figura 1: Localização da RESEX Marinha do Corumbau



Fonte: Marcos (2018)

Como toda Reserva Extrativista, a RESEX Corumbau é regulada por um Plano de Manejo, que serve como instrumento norteador e normalizador das atividades dos extrativistas. O Plano de Manejo serve como guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social da RESEX. Ocorre que o atual Plano de Manejo da RESEX Corumbau contempla somente a parte marítima, não incluindo a parte terrestre do território onde vivem as comunidades extrativistas - omissão que termina por contribuir para impactos na capacidade de suporte dos ecossistemas, excesso da geração de resíduos, dependência de alimentos produzidos em outras localidades, falta de incentivo ao comércio da população local e desvalorização das tradições culturais das comunidades nativas.

Antes vista como um paraíso isolado, Caraíva vem sofrendo grandes modificações nas últimas décadas, principalmente com a sobreposição das atividades de turismo sobre a cultura tradicional e a chegada de novos empreendedores e moradores, a ponto da população nativa hoje não passar de um terço do total. Inserida em um local de grande incidência e sobreposição de sistemas de gestão territorial, surge a pergunta: como garantir a permanência e “desenvolvimento autossustentado” de

comunidades nativas em sítios expostos à gentrificação, a conflitos raciais e de classe? Onde vão morar seus filhos e netos se apenas as águas lhes são garantidas?

Na tentativa de buscar alternativas de planejamento participativo por meio do envolvimento da comunidade, esta pesquisa-ação tem como objetivo demonstrar os conflitos socioambientais existentes bem como os diversos sistemas de gestão pública sobrepostos sobre o território terrestre da RESEX Corumbau que, juntamente com a ausência do território terrestre incluso no Plano de Manejo, contribuem por acentuar o processo de gentrificação, tendo como estudo de caso a Vila de Caraíva e seu entorno imediato.

2. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa inicialmente partiu da análise dos conflitos territoriais atuais e ao longo da história na região e de como a economia neoliberal afeta as comunidades tradicionais, sem consideração aos direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais. Posteriormente, para melhor compreensão dos conflitos da gestão territorial foi realizada análise das várias instâncias de gestão na RESEX por meio da sobreposição dos diversos planos reguladores do território. E por fim, para um melhor entendimento dos conflitos e da situação do processo de gentrificação que a vila vem sofrendo, foi desenvolvida caracterização da área por meio de mapas e aplicação de questionário por agentes locais, aqui inseridos como protagonistas no estudo de seu território.

Com base na Pedagogia de Paulo Freire, que considera necessário aprendizado que leve o indivíduo ao diálogo com o outro, sendo o homem um “ser de relações e não de contatos” (FREIRE, 2005), o processo participativo contribui na identificação dos principais conflitos pela visão do próprio indivíduo. É a partir desse processo que percebemos as principais referências patrimoniais e culturais da comunidade. Para Menezes (2006), ao contrário da pesquisa convencional nas ciências humanas, a pesquisa-ação participativa parte de interesses locais definidos pela comunidade, que determina as questões a serem investigadas, bem como a forma e aplicação são determinadas e efetivadas pelos próprios membros da comunidade. Neste sentido, o papel do cientista social passa a ser o do tradutor, assessor, facilitador, mediador e educador, repassando instrumentos, métodos e procedimentos de pesquisa, comunicação, mobilização e organização, de acordo com a demanda em cada caso (MENEZES, 2006).

Tendo moradores nativos de Caraíva como os principais agentes do estudo, o processo participativo teve como consequência a realização de entrevistas com 14 moradores de Caraíva - as perguntas realizadas, bem como as principais respostas, estão sistematizadas na tabela 1, adiante. Com a aplicação do questionário foi possível compreender quais as referências da comunidade nativa em relação ao seu território - os lugares históricos e importantes para a população tradicional, as histórias locais, os costumes e suas modificações ao longo dos anos além de, principalmente por conta do processo de gentrificação, a busca por soluções para ocupação e distribuição do espaço em que vivem.

3. Conflitos Territoriais e Direitos dos Povos Originários

A história dos conflitos territoriais na região não é recente. Caraíva é das vilas mais antigas do Brasil, com indicações de chegada dos portugueses à aldeia por volta de 1530. O povo Pataxó, formado por grupos seminômades que viviam do extremo sul da Bahia ao norte do Espírito Santo, se manteve relativamente isolado por um longo período, até que em 1861 ocorreu o aldeamento forçado desses grupos na aldeia Bom Jardim (há evidências de que esta aldeia exista desde 1767), atual Barra Velha, então às margens do Rio Corumbau. Esse aldeamento forçado ocorreu como pretexto para a invasão, pelo estado imperial, dos territórios indígenas na região, descrita como “fertilíssimo terreno” no século XVIII por Luís dos Santos Vilhena, que também se refere aos indígenas como “[...] bárbaros Pataxó que infestam toda a grande comarca de Porto Seguro.” (VILHENA, 1969).

Após anos de abusos por parte dos colonos, a ponto de os Pataxó terem sido considerados extintos no Extremo Sul da Bahia, novos interesses do estado nacional (agora republicano) induziram o processo de demarcação do Parque Nacional de Monte Pascoal em 1943, oficializado somente em 1961, no interior do território Pataxó. Com a iminência da criação do Parque, os indígenas começaram a ser pressionados para saída da região. Em 1949, o capitão pataxó Honório Borges, diante das constantes invasões da terra indígena, se deslocou para ao Rio de Janeiro com o propósito de pedir providências ao Serviço de Proteção aos Índios – SPI. Apesar da mobilização, as invasões não cessaram. No início dos anos 1950, os Pataxó estavam pressionados por fazendeiros de cacau e madeireiros da região,

que espalhavam roupas infectadas por lepra e varíola pelas aldeias e margens de rios. Em 1951, com a promessa de acabar com os conflitos, dois indivíduos chegaram na região se passando por engenheiro e antropólogo, incitando os Pataxó para retomada de terras ocupadas por fazendeiros na região de Caraíva e Corumbau. É possível que o verdadeiro intuito tenha sido elaborar uma armadilha para incriminar os indígenas, gerando oportunidade para o governo intervir com forças policiais na região, o que de fato ocorreu neste mesmo ano. Nesse trágico evento, conhecido como “Fogo de 51”, vários indígenas foram mortos, suas ocas incendiadas, mulheres estupradas e crianças torturadas. Os indígenas que antes ocupavam a região se viram forçados a migrarem para outras regiões, iniciando o processo hoje conhecido como Diáspora Pataxó. Novas retomadas do território Pataxó na área do Monte Pascoal determinam a separação de um pequeno território do Parque Nacional para demarcação da Terra Indígena de Barra Velha, na década de 1980, o que não impediu a continuidade de conflitos com o estado brasileiro, representado ali pelas instâncias de gestão do Parque Nacional.

O asfaltamento da BR 101 e os incentivos fiscais do governo militar para a exploração madeireira na região a partir da década de 70 promove a chegada da economia moderna liberal e o surgimento de novos conflitos na região da RESEX Corumbau. Estas políticas neocoloniais propiciaram a chegada do turismo na década de 1980, com fortes impactos no distrito de Caraíva e outros núcleos não indígenas da RESEX, instaurando o processo de gentrificação acelerada na região.

O estado cumpre assim o papel de órgão “higienizador” da sociedade, favorecendo setores que possam gerar retorno financeiro em detrimento de comunidades supostamente “atrasadas”. Como afirma Foucault (1978), quando o poder age dessa forma, cuidando e zelando pela vida de apenas alguns, ele necessariamente causa o extermínio de outros. Para este autor, o mercado é a máxima instância da sociedade contemporânea (FOUCAULT, 2000). É ele que controla as relações e dita as regras de um mundo globalizado, sendo uma região considerada apenas como parte da sociedade quando ela segue as regras do capital. O biopoder, a fim de manter essa “ordem”, faz uso da força para combater os perigos que possam interferir nessas relações, fazendo com que comunidades que enfrentam e combatem os impactos das políticas neoliberais sejam rapidamente tomadas pela força do capital, restando para as comunidades tradicionais os riscos, os abusos e o sofrimento.

Os povos indígenas e comunidades tradicionais são populações, grupos étnicos e sociais culturalmente diferenciados, possuindo condições de subsistência e territórios próprios. Esta maneira de viver é protegida tanto por legislação nacional quanto por convenções internacionais reconhecidas pelo estado brasileiro, gerando assim a demanda por políticas públicas que assegurem direitos, territórios e costumes destas comunidades.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, determina que o Estado proteja as manifestações culturais populares, sejam elas dos povos indígenas, comunidades afro-descendentes e quilombolas ou qualquer outro grupo povo e comunidade tradicional, promovendo e preservando o patrimônio cultural – tanto bens de natureza material quanto imaterial, dessas comunidades. Ao lado da Constituição Federal, cumprem papel especial as Convenções Internacionais, que devem ser respeitadas e cumpridas como lei no país.

A Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Organização das Nações Unidas, foi adotada em Genebra no ano de 1989 e entrou em vigor internacional em 1991, tendo sido promulgada no Brasil através do Decreto 5051, de 18 de abril de 2004. Essa convenção reconhece a tendência natural dos povos indígenas e tribais de assumir o controle de suas próprias instituições com vista à preservação da sua identidade, ao desenvolvimento da sua economia, à manutenção da língua e religião, etc., e lembra a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e a cooperação e compreensão internacional. É, atualmente, o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em relação as condições de vida dos povos indígenas e tribais.

Acontece que no Brasil existem várias comunidades e grupos culturalmente diferenciados para além de indígenas e quilombolas, como é o caso dos pescadores artesanais, comunidades ribeirinhas, populações tradicionais extrativistas, os povos ciganos, os pantaneiros, entre outros reconhecidos pela legislação. Consequentemente, surgiu assim a necessidade de uma política que abrangesse todas essas outras comunidades e assegurasse os seus direitos como comunidades e ocupações tradicionais.

Em 7 de fevereiro de 2007, foi promulgado o Decreto 6.040, que trata sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, que descreve os povos e comunidades tradicionais como:

...grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007 b).

A PNPCT define os territórios tradicionais como espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômicas dessas comunidades, seja de maneira permanente ou temporária. O benefício do reconhecimento e salvaguarda dos direitos dos povos e comunidades tradicionais são de extrema importância para a riqueza cultural do Brasil, além de contribuir para a redução da desigualdade e a promoção da justiça social.

Outro aspecto importante desses povos são a preocupação com o meio ambiente e a preservação da mesma. Respeitando princípios básicos de sustentabilidade, estas comunidades buscam a autossuficiência a partir dos recursos disponíveis no seu território, além de assegurar as mesmas possibilidades para a próxima geração. Porém, os territórios tradicionais sobrepõem as divisões políticas administrativas, ultrapassando limites municipais e estaduais, gerando também a confluência de duas ou mais instâncias de gestão territorial, como acontece na Vila de Caraíva.

3.1. Sobreposição das Instâncias de Gestão Territorial

Incluída no Sítio do Patrimônio Natural Mundial do Descobrimento, Caraíva também se insere na Reserva Extrativista de Corumbau e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, cujas prioridades, segundo a UNESCO, são a “[...] conservação da natureza, de sua biodiversidade [e] o desenvolvimento social sustentado das populações que vivem na Reserva, com ênfase para as comunidades tradicionais [...]”. Grande parte do seu território e das comunidades indígenas de Caraíva ou próxima estão situadas no Parque Nacional do Monte Pascoal. Além da Reserva Extrativista, Caraíva está inserida na APA Caraíva – Trancoso.

Criados cada uma de forma isolada, em diferentes épocas e independente dos demais, as várias gestões territoriais geram conflitos entre os instrumentos e dificultam uma definição para a ocupação dos espaços, a conservação da biodiversidade e a concretização dos direitos territoriais das populações tradicionais do local.

A RESEX Corumbau, localizada no litoral do sul da Bahia, está inserida no bioma da Mata Atlântica - que no ano de 1999 recebeu o título de Patrimônio Natural Mundial da Reserva de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento pela Unesco, devido ao seu alto valor científico e ambiental. A proteção e o controle nas áreas de reserva, nas estações biológicas e nos parques nacionais atingem diferentes níveis de preservação e uso, assim como englobam diversas figuras jurídicas de propriedade e administração.

O título de Patrimônio Natural Mundial para a Reserva de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento foi concedido pela Unesco em 1º de dezembro de 1999, devido ao seu alto valor científico e ambiental, já que a região abriga os remanescentes mais preservados de Mata Atlântica do Nordeste brasileiro. A proteção e o controle nas áreas de reserva, nas estações biológicas e nos parques nacionais atingem diferentes níveis de preservação e uso, assim como englobam diversas figuras jurídicas de propriedade e administração.

A Reserva da Biosfera (RB) é outro instrumento internacional de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas ambientais. Foi criada pela UNESCO em 1972 e tem por finalidade a pesquisa cooperativa, a conservação do patrimônio natural e cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - reconhece a Reserva da Biosfera como “um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais”. Em 1993, foi criada a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), a primeira RB no Brasil. A missão e as funções da RBMA são a promoção do desenvolvimento sustentável e o fomento à pesquisa, ao monitoramento e à educação ambiental,

tendo como função contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica.

Caraíva também está inserida em duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como Área de Proteção Ambiental – APA e como Reserva Extrativista - RESEX. A APA Caraíva Trancoso foi criada a partir do decreto nº 2215 de 14 de junho de 1993, no município de Porto Seguro, com área terrestre de 31.900 hectares. APA é uma área com certo grau de ocupação humana e que tem como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais. Apresenta características de relevante importância para a preservação ambiental, pela presença de falésias de composição arenítica (associadas a remanescentes da Mata Atlântica), apresentando potencial para o crescimento e desenvolvimento do turismo ecológico. Atualmente, apresenta problemas como o depósito irregular de lixo, extração ilegal de recursos e a ocupação desordenada do solo.

Já a RESEX Corumbau, criada em 2000, tem como propósito garantir proteção a territórios que apresentam características ecológicas e ambientais relevantes para a população local e devem ser mantidos sob um regime especial de administração por meio de Conselhos Gestores, ao mesmo tempo, também criar oportunidade de garantir a mesma proteção aos povos e comunidades tradicionais. As Reservas Extrativistas são, segundo o artigo 18 da Lei n.º 9.985 do SNUC:

...áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000 c)

Em termos de uso e ocupação do solo, a Vila de Caraíva, por ser distrito de Porto Seguro, deve seguir os parâmetros urbanísticos disciplinados pelo Plano Diretor, aprovado pela Lei nº 651/06, em 17 de novembro de 2006, que serve como instrumento normativo da “política de desenvolvimento urbano ambiental sustentável” deste município. O Plano contém a modelagem espacial, com a indicação de áreas urbanas onde poderão ser aplicados os instrumentos urbanísticos previsto na legislação federal e as diretrizes para o desenvolvimento municipal.

O Plano Diretor de Porto Seguro exclui do regime urbano as aldeias indígenas e respectivos territórios, conforme os termos das respectivas demarcações. Tratando somente do zoneamento da Área Urbana de Caraíva, que são: Zona de valor arquitetônico (Matriz de São Sebastião, lotes, edificações e espaços abertos); a Zona Costeira e a Zona Central.

4. Caracterização da Vila de Caraíva: ocupação, turismo e o processo de gentrificação

A vila de Caraíva, localizada no encontro do Rio Caraíva com o mar, faz parte do Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, possuindo vegetação nativa principalmente de manguezais e restinga. A distribuição do uso e ocupação do solo de Caraíva se deu de forma espontânea com as comunidades tradicionais e, posteriormente com a chegada de novos moradores, de forma induzida pela economia do turismo. Sem um planejamento efetivo, muitas pousadas e estabelecimentos comerciais se instalaram a beira mar, na Barra do rio Caraíva e em outras áreas de uso comum da comunidade tradicional.

O Estado possui um papel fundamental no planejamento e gestão do espaço do território, principalmente com a criação de regras para o desenvolvimento local. Na maior parte das vezes, essas regras não beneficiam os segmentos sociais mais vulneráveis, sendo feitas em prol do “desenvolvimento” da região - o que, no caso brasileiro, significa expropriação de territórios e recursos tradicionais para geração e concentração de renda.

De acordo com dados do Posto de Saúde local, estão cadastradas cerca de 97 famílias e 677 pessoas. Por se tratar de uma vila pequena, o superadensamento em alta temporada faz com que em certas épocas do ano existam mais turistas do que moradores, ultrapassando a capacidade de suporte da infraestrutura local, ocasionando escassez eventual de energia e água potável. O distrito possui poucos equipamentos urbanos: uma escola – que vai até o último ano do ensino fundamental, uma delegacia e uma Unidade de Saúde da Família, que conta apenas com um médico (visitante), uma

enfermeira e uma secretária. Na parte cultural e de lazer, há um campo de futebol de areia, um pequeno parque infantil feito de madeira e a praça da Igreja, sendo a praia e, principalmente, o rio Caraíva e suas margens as principais áreas de lazer da vila.

Caraíva possui ruas estreitas, de areia (carros não entram na cidade) e uma igreja na praça central, a Igreja de São Sebastião. Uma característica importante do distrito é que, mesmo com a chegada da luz elétrica em 2007, a população local decidiu preservar a paisagem urbana do distrito, estabelecendo que toda a fiação elétrica fosse subterrânea.

A parte da Barra de Caraíva abriga um dos problemas de ocupação do distrito. Em alta temporada, quase não há lugar para se locomover, a passagem é feita por entre as pessoas, cadeiras e barracas e até mesmo por dentro da parte rasa do rio. As barracas ocupam quase toda a parte da barra e são distribuídas de forma aleatória, prejudicando mais ainda a locomoção no local. A beira do Rio Caraíva os imóveis comerciais predominam onde era a o principal espaço residencial da comunidade tradicional. Os principais bares e restaurantes do distrito estão localizados na rua do rio, além de pousadas e campings. A rua é bastante estreita, com cerca de 7 m de largura. Em alguns pontos da rua, ela ainda é ocupada por mesas e cadeiras dos restaurantes, alguns edifícios comerciais e pelas barracas de artesanato dos índios Pataxós, conforme ilustram as figuras 4 e 5.

Grande parte dessa ocupação atual é consequência do processo turístico que Caraíva sofreu nas últimas décadas. A invasão das áreas residenciais tradicionais pelo comércio e serviços de turismo, incluindo espaços públicos nas praias, deixam pouco espaço para os pequenos empreendimentos dos nativos, além de destruir parte da vegetação original das restingas.

O turismo trouxe uma modificação na configuração da cidade. Se antes a população era majoritariamente de descendentes do povo Pataxó, hoje os nativos não passam de 1/3 dos residentes. Grande parte da população atual é composta por pessoas que vieram de fora para investir ou trabalhar em empreendimentos (bares, restaurantes, pousadas) ou construção de moradia para ocupação eventual, nas temporadas.

Como uma forma de aproveitar o turismo em prol da comunidade, foi criado o Ecoticket, que é uma cobrança de Manutenção e Preservação Ambiental de Caraíva. O principal intuito do Ecoticket, no valor de R\$10,00, é permitir ao vilarejo uma alternativa para se manter, cuidar da preservação ambiental, para os moradores e visitantes. O Conselho Comunitário e Ambiental de Caraíva – CCA, é responsável pela fiscalização do dinheiro e pela decisão em como destinar estes recursos de acordo com as necessidades de Caraíva. Esse Conselho é composto por representantes da ANAC – Associação dos Nativos de Caraíva, da AMA Caraíva- Associação dos Moradores e Amigos de Caraíva, da PRO-ECO – Associação Pro-Ecoturismo de Caraíva e da ASCBENC – Associação Comunitária e Beneficente de Nova Caraíva, além outros membros titulares e suplentes escolhidos pela comunidade. Apesar da participação de organizações sociais dos nativos, o CCA é composto majoritariamente por moradores não nativos.

Apesar das melhorias na infraestrutura e economia local, o turismo traz como consequência o processo de gentrificação, definido como um processo de transformação de um determinado grupo social para outro, por meio de mudanças imobiliárias, mudança nos perfis residenciais e sociais e a mudança dos padrões culturais. As principais consequências do processo de gentrificação são: deslocamento das comunidades de baixa renda, criando zonas periféricas ou afastamento para outras regiões, especulação imobiliária, mudança no perfil social dos moradores da região – saem as comunidades tradicionais e entram turistas e grandes empresários -, a descaracterização dos setores de habitação tradicional e a perda da identidade local.

5. Resultados

Foram entrevistados no total 14 pessoas da comunidade, a maioria de Caraíva, uma pessoa de Nova Caraíva e outras da Aldeia Xandó, além de personalidades significativas que vieram de outros lugares. A partir do processo participativo, foram identificados os principais agentes da comunidade: Maria Elizete, mais conhecida como Maizete – atual presidente da ANAC (Associação dos Nativos de Caraíva) e enfermeira do único posto de saúde da região; Raimundo Cardoso, ex-conselheiro da RESEX e conhecido em Caraíva como Zé Marreco e Wilson Braz Queiroz, mais conhecido como Biriba. Wilson e sua família, filhos e netos de indígenas Pataxó, são dos poucos que resistem ao

processo de gentrificação, tentando manter suas tradições e ensinando para as próximas gerações a importância da sua cultura e do valor que a terra e as águas possuem para a história.

Outro agente importante da comunidade é José Vagner dos Santos Braz, filho de Biriba, mais conhecido na região como Gamela Pataxó. Extrativista licenciado pela RESEX Corumbau, afirma que a falta de um planejamento urbano ambiental para a região e a não inclusão do território terrestre da RESEX no atual Plano de Manejo são os principais problemas, uma vez que os nativos em Caraíva hoje são minoria e perdem cada vez mais espaço. Gamela apresenta os principais conflitos da região de maneira bem clara:

“Se Caraíva continuar do mesmo jeito, os nativos vão desaparecer junto com os nossos costumes e tradições, que são antigas. Gostaria que continuassem [filhos e netos] morando em nossa terra e preservando a nossa história. Um jeito de assegurar isso seria a inclusão do território terrestre na RESEX Corumbau, garantindo espaço ‘pra’ gente morar”.

Segue abaixo a tabela com as perguntas realizadas no questionário e as respostas mais comuns dadas pelos moradores da Vila de Caraíva e entorno:

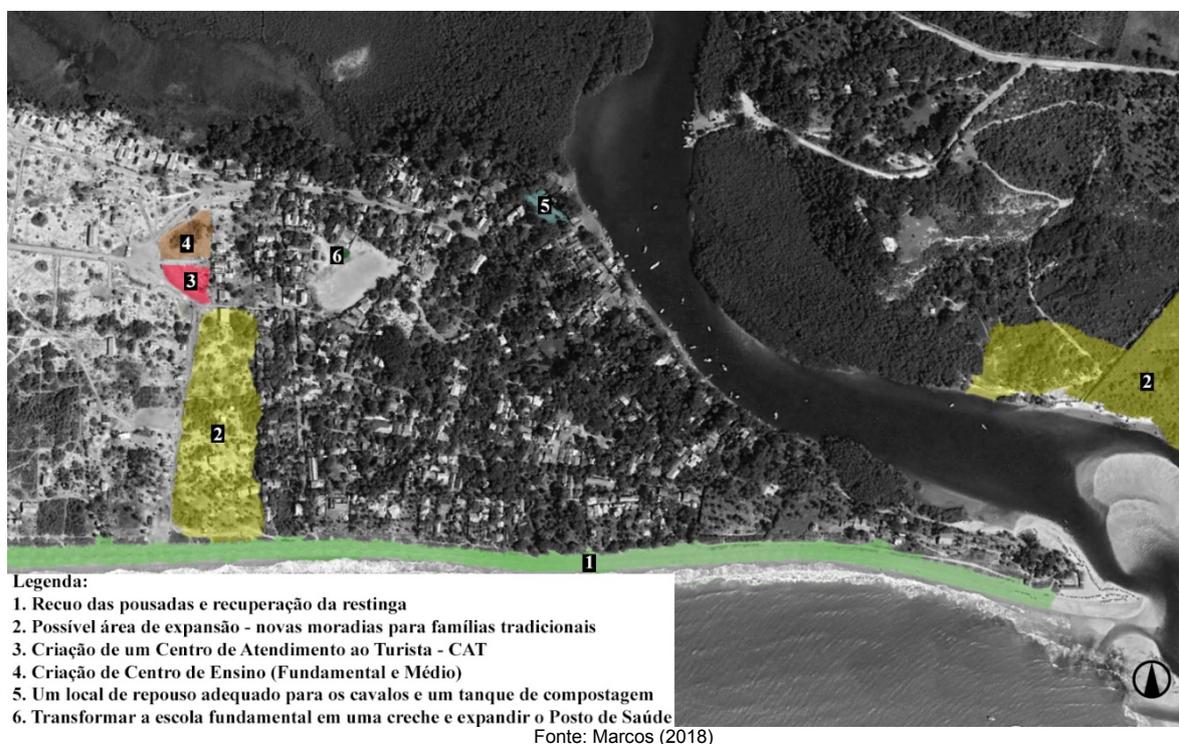
Tabela 1: Questionário

Perguntas	Respostas
Residência atual e principal fonte de renda família:	A maioria dos entrevistados residem em Caraíva ou nos arredores (Aldeia Xandó e Nova Caraíva) são extrativistas ou ex-extrativistas aposentados. Além da pesca, trabalham também com turismo -pousadas, camping e restaurantes - e ecoturismo - passeios de barco, remo, SUP, entre outros.
Principais problemas enfrentados pelos nativos atualmente:	O turismo predatório e o processo de gentrificação são os maiores problemas enfrentados pelos nativos.
Como será o futuro das próximas gerações em Caraíva?	Acreditam que, se não houver a inclusão do território terrestre da RESEX e leis que favoreçam os povos tradicionais da região, sua cultura e seus costumes irão desaparecer, juntamente com os nativos da região, já que pessoas de fora são a grande maioria atualmente.
Gostaria de mudar de Caraíva?	Os que pensam em se mudar, querem para um local próximo (Nova Caraíva ou Aldeia Xandó). Mas a maioria prefere continuar morando no distrito por conta das suas raízes e tradições.
Mora onde gostaria e se não, em qual parte do distrito gostaria de morar?	Muitos moram onde desejam. De acordo com os entrevistados, a parte próxima ao rio é a mais adequada para (trabalho, pesca, etc.)
O que acha de os nativos serem menos de 1/3 da população de Caraíva?	Acham ruim. Percebem que estão perdendo cada vez mais força e que pessoas de fora com outros costumes estão impondo sua cultura sob eles.
Qual a sua relação com os não-nativos?	A maioria tem uma relação de respeito e de boa convivência, mas acreditam não ser recíproco.
O que poderia ser feito para melhorar essa relação?	Mais união dos moradores e conscientização dos não-nativos que aquele local e suas tradições são importantes.
Como são tomadas as decisões sobre as questões coletivas em Caraíva?	Por meio da ANAC – Associação dos Nativos de Caraíva e outras associações da região (comerciantes, empresários). Mas nem todos comparecem.
O que poderia ser feito para	Maior participação da comunidade nas reuniões. Poucos

melhorar essa situação?	comparecem e as reuniões se resumem somente aos conselheiros da RESEX, presidência e tesoureiro.
O que pensa sobre as ocupações? (Equipamentos urbanos, espaços públicos, barracas, etc.)	Poucos equipamentos urbanos (somente uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde). A maioria das pousadas e barracas/restaurantes ocupam e privatizam áreas públicas. Concordam com as barracas dos Índios, mas acreditam ser melhor uma estrutura desmontável.
Quais os principais problemas de saneamento no distrito?	Atualmente, ainda é utilizado sistemas de fossas. O distrito não possui água tratada e nem tratamento de esgoto.
E sobre a coleta, destinação e tratamento de lixo?	Não existe uma educação em separar o lixo. O distrito não possui coleta e tratamento de lixo, onde o mesmo é acumulado na beira do rio e depois levado para outras cidades. O que acaba contaminando o mesmo.
De onde vem o alimento que você consome?	Com exceção de frutos do mar e algumas frutas e verduras plantadas na aldeia, grande parte da alimentação (arroz, óleo, carne, etc.) vem de outras cidades.
Como eram feitas as construções antigamente?	Majoritariamente de pau-a-pique e cobertura de palha. Algumas casas mais antigas eram feitas de madeira e/ou palha (indígenas).
Tem algum parente ou conhecido que gostaria de retornar para Caraíva?	Muitos tem conhecidos e familiares que acabaram vendendo ou trocando as suas terras anteriormente.

Fonte: Marcos (2018)

A partir da demanda da população e dos principais problemas territoriais apontados, realizou-se um mapa síntese mostrando as possíveis intervenções na vila e no seu entorno, respeitando as leis ambientais, levando em conta aspectos de intervenções sustentáveis e principalmente as reivindicações da população tradicional, ilustradas na figura 6 abaixo:



6. Conclusão

Mesmo sendo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e regulada por um Plano de Manejo, a ausência da inclusão do território terrestre na RESEX Corumbau acarreta na falta de diretrizes para o uso e ocupação do

solo da região mais adequadas, gerando problemas e conflitos socioambientais, bem como a desvalorização da cultura local dos povos e comunidades tradicionais. A especulação imobiliária e o turismo predatório aceleram o processo de gentrificação não só em Caraíva, mas também em toda a região costeira da RESEX. Afetando o modo de vida e de subsistência de toda a comunidade tradicional, tanto dos povos indígenas como as vilas dos pescadores. Essa população vem perdendo cada vez mais espaço para o turismo predatório e para os grandes empresários, que veem Caraíva como um bom negócio e em constante expansão. Sem a inclusão do território terrestre, as continuidades desses povos, das suas tradições, da sua cultura e dos seus saberes, estão ameaçadas.

A partir do processo participativo com a comunidade de Caraíva e do entorno, percebeu-se na fala dos moradores a preocupação quanto à redução considerável do número de moradores da região chegando a apenas 1/3 da população hoje, gerado pelo turismo predatório. Muitos acreditam que se não houver a inclusão do território terrestre da RESEX e leis que favoreçam os povos tradicionais da região, sua cultura e seus costumes irão desaparecer. Portanto, se faz urgente a delimitação do território terrestre para a RESEX Corumbau, bem com a construção participativa de plano de manejo possibilitando assim um controle, manutenção e expansão sustentável, tendo as comunidades tradicionais como agentes principais, assegurando a preservação e a difusão dos seus costumes, o direito a suas terras tradicionais e uma melhor qualidade de vida.

7. Referências

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem.** Tese de doutorado, FAU/UnB. Brasília, junho de 2014.

ANDRADE, Liza Maria Souza, LEMOS, Natalia da Silva. **Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana.** In: AMORIM, C. N. D. et al. Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB. 2015

BRASIL (a). ICMBio. **RESEX Corumbau. Plano de Manejo.** Brasília, Brasil. 2002

BRASIL. (b) Presidência da República/Casa Civil. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.**

BRASIL. (c) Presidência da República/Casa Civil. **Decreto 21 de setembro de 2000. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências.**

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique.** Paris: Gallimard. 2004

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 43º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2005.

MENEZES, Paulo Dimas Rocha de. **O cidadão como sujeito de governo: planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do Rio Caraíva.** Dissertação de mestrado, IGC/UFMG, UFMG, Belo Horizonte, Brasil. 2006.

VILHENA, Luiz dos Santos. **A Bahia no século XVIII. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral.** Salvador: Editora Itapuã. 3 v. 1969.